

# O buraco da agulha

por Manuel Abranches de Soveral

37 anos depois do 25 de Abril de 1974, Portugal entrou em virtual bancarrota. Este facto, contudo, não resulta apenas desta geração de experiência socialista, plasmada num início revolucionário de cariz comunista, que delapidou as tradicionais bases da economia e as poupanças públicas e privadas amealhadas, numa Constituição que apesar das sucessivas revisões continua basicamente socialista, e numa sucessão de governos ora socialistas ora sociais-democratas, mas que basicamente professam a mesma ideologia. Na verdade, este previsível desfecho já se teria dado há muito se não tivéssemos no meio do trajecto integrado a Comunidade Europeia, que não só o adiou como criou a ilusão de que Portugal poderia sobreviver nesse conjunto solidário como uma região cronicamente deficitária, tal como no interior dos países certas regiões assim sobrevivem.

Foi aliás nesta convicção subliminar que certamente os dirigentes portugueses, e sobretudo os dirigidos, permitiram que a Europa desmantelasse boa parte da nossa estrutura produtiva. Se íamos ser sustentados pela Europa, fazia todo o sentido aceitar a contrapartida das suas exigências.

Mas o projecto europeu fracassou, e adiante direi porquê.

Ficamos portanto entregues ao nosso socialismo, ainda por cima amarrados à inoperância europeia, da qual seria impensável agora sair. A falácia portuguesa é tão profunda, a ignorância e estupidez das pessoas tão espessa, a desonestidade intelectual tão impenetrável, que convém antes do mais desfazer alguns lugares-comuns que conspurcam qualquer análise escorreita.

A República que tínhamos antes de 25 de Abril de 1974 não era uma democracia completa porque, apesar de ter eleições, e ao contrário do que acontecia na Monarquia que derrubou, não permitia a livre existência de partidos, sobretudo os que eram considerados anti-democráticos. Mas às eleições legislativas de 1969 já concorreram três listas da oposição. E, verdade seja dita, o Partido Comunista, então na

clandestinidade, fiel correia de transmissão da antiga URSS, era tudo menos democrático. Mesmo do ponto de vista teórico, o que propunha (e propõe) era uma ditadura, ainda por cima do proletariado. Nesta medida, mudamos pouco. A actual democracia continua a proibir certos partidos, com o mesmíssimo fundamento, ou seja, ideológico. A nossa democracia proíbe partidos regionais, da extrema direita, racistas, etc. Não interessa aqui debater a justeza do fundamento, aliás diverso, mas apenas salientar o facto. O que conduziu a um enorme desequilíbrio na sociedade portuguesa, onde já se acha normal que a extrema esquerda, ou seja o PC e o Bloco, na verdade escassamente democráticos, como bem se constata se nos dermos ao trabalho de ler os respectivos programas, tenham a distinta lata de proclamar aos quatro ventos (e sobretudo ser ouvidos por uma comunicação social sempre atenta e respeitosa) que o PS e o PSD são a direita. Na verdade, em Portugal não há nenhum partido de direita, pois nem o PP tem minimamente essa ideologia, ultrapassando frequentemente pela esquerda o PSD e até o próprio PS. Existem uns grupelhos, não se sabem bem quais, mas são casos do foro psiquiátrico. Todos os lugares-comuns em Portugal são à esquerda e todos os partidos se colocam nesse espaço político. E por isso se entende que ser apodado de direita seja para todos eles um insulto, que sacodem como podem. E por isso se explica que todos se digladiem, atribuindo as culpas da bancarrota uns aos outros, e a ninguém ocorra que a bancarrota afinal decorre de 37 anos de socialismo, corporizado por todos eles.

E socialismo, o que é?

Há dois tipos de portugueses característicos: os que fazem apenas uma vaga ideia e os que embrulham essa vaga ideia em complicados considerandos, de forma que, no final, nem a vaga ideia resta. Simplificando, o socialismo é um sucedâneo do comunismo. Aliás, o comunismo começou por chamar-se socialismo e manteve mesmo, em muitas circunstâncias, esta designação oficial. O socialismo, tal como veio depois a ser entendido, propunha-se atingir os mesmos objectivos do comunismo, mas sem usar os métodos totalitários que este queria, nem matar a galinha dos ovos de ouro. Portanto, o socialismo permite a contragosto a economia de mercado e as liberdades, criando um Estado todo-poderoso que taxa fortemente a economia e os cidadãos e que pretende não só redistribuir a riqueza mas também orientar a sociedade, de cima para baixo, no máximo de aspectos possível, da educação à economia, enfim, incutindo e obrigando comportamentos sociais considerados politicamente correctos.

A social-democracia é mais ou menos a mesma coisa, mas em menor grau, sobretudo no que respeita ao papel dirigista do Estado na vida das pessoas.

O socialismo e a social-democracia começaram, de facto, a redistribuir a riqueza, tentando não matar a galinha. Mas a galinha acabou por morrer de velha, e as novas galinhas, já socialistas, começaram a pôr cada vez menos ovos, enquanto os governos faziam omeletas cada vez maiores com ovos emprestados, julgando assim que tinham resolvido a quadratura do círculo e descoberto a receita das omeletas sem ovos, culinária em que países como a Grécia e Portugal se tornaram verdadeiros campeões. Para apenas referir o nosso caso, quanto menos ovos as asfixiadas e pachorrentas galinhas portuguesas punham, maiores eram as omeletas e maior o número dos cozinheiros públicos, chegando-se agora ao apuro de não haver ovos e serem mais os cozinheiros do que os comensais. Sobre tudo isto, além de quererem agora que os clientes lavem os pratos vazios e paguem adiantado o putativo próximo jantar, os *chefes* querem continuar a pôr (infelizmente não ovos) e dispor sobre a nossa vida, a interferir em tudo e a não nos deixar almoçar em casa o caldinho verde para que ainda vamos tendo couve.

Deixando as alegorias, Portugal tem hoje dois problemas, um nacional e outro internacional, interligados, mas distintos.

O problema nacional é claro e está razoavelmente diagnosticado. 37 anos de socialismo, potenciado pela miragem da providência europeia, conduziram o país a um nível de vida e de despesa muito superior à riqueza que tem e produz. Esta situação é transversal às famílias, às empresas, às instituições e ao Estado. Sendo que a principal responsabilidade é do Estado, na medida em que ele representa mais de 50% da nossa economia e da nossa dívida. Contudo, e esse é um problema no diagnóstico que tem sido feito, a situação não pode ser generalizada a todas as famílias, empresas e instituições. Na verdade, há muitas famílias, empresas e instituições portuguesas que não vivem acima das suas posses nem têm dívidas que o seu património não cubra. Portanto, o problema não é geral, mas apenas daquelas famílias, empresas e instituições que não souberam gerir-se.

No que toca às empresas e instituições, o problema é fácil de resolver: se entraram na bancarrota, vão à falência e acabam, ponto final. As suas dívidas passam a crédito mal parado, o que é bem feito para uma banca imbecil, que foi causa de muitos destes problemas. Basta ao novo governo aprovar uma expedita nova lei de falências que, à

imagem do que acontece em quase todo o mundo, em três dias possa iniciar e concluir o processo.

Já no que toca às famílias falidas, não é possível extingui-las, como bem se entende. Mas também não é aceitável passar para a sociedade o ónus do seu comportamento desregrado e irresponsável. Essas famílias vão ter um efectivo abaixamento do nível de vida, que nalguns casos pode ser muito significativo. É a vida. Já o gozaram, agora amargam. Mas qualquer política socialista que tente diluir o custo da irresponsabilidade dessas famílias por todos nós, baixando o nível de vida a todos, além de profundamente injusta, só contribuirá para atrasar a recuperação económica que urge encetar. Na verdade, se as famílias e as empresas trabalhadoras, cumpridoras e responsáveis, forem chamadas a pagar a irresponsabilidade dessas cigarras que vivem a crédito, que incentivo terão para participar na reconstrução que se impõe? Com que capital? Com que ânimo?

Outra questão, mais grave, é do Estado. E sobre ele tecem-se as mais mirabolantes falácias, desde logo aquela que nos quer convencer de que o Estado somos todos nós ou, até, de que o Estado é o país. Mas Portugal é muito anterior ao Estado e permanecerá depois dele. O problema é que o Estado auto blindou-se. Se a maioria dos portugueses, expressa em eleições democráticas, quisesse hoje reduzi-lo à sua expressão mais simples, não o podia o fazer! Só uma maioria de dois terços poderia rever a Constituição.

O Estado é hoje uma entidade autónoma, que se acoplou ao país e que vive dele, não para ele. Os interesses do Estados são cada vez menos os interesses dos portugueses, salvo daqueles que vivem à mesa do seu orçamento. Os restantes, a esmagadora maioria, são meros contribuintes líquidos, que pagam para o Estado muito mais do que aquilo que dele recebem. E, mais do que contribuintes líquidos, são escravos daquele de quem deviam ser senhores.

A situação é tão kafkiana que os políticos e os comentadores já só falam em como cortar num Estado onde cerca de 90% das despesas são correntes. A possibilidade de reduzir o Estado já nem lhes ocorre, porque estão de facto escravizados e sabem que o Estado está blindado.

Mas Portugal chegou a um ponto tal, que os portugueses têm de fazer uma verdadeira revolução mental, por muito que isso custe à sua escassa inteligência. Sejamos justos: Portugal nunca primou pela inteligência colectiva, pela capacidade de previsão, pelo consenso ajuizado. Basta percorrer a nossa História para verificar que aquilo que sempre nos valeu foi a perspicácia de alguns, a coragem de um

punhado e a capacidade de resistência e de adaptação dos restantes. E, justamente porque não sabemos ajuizar nem prever, desenvolvemos, na permanente iminência do desastre em que historicamente sempre vivemos, uma apurada capacidade de desenrascanço.

Portanto, se a estupidez pagasse imposto, seria uma solução. Mas como não paga, o problema da falência do Estado não pode ser visto como até agora tem sido visto, mas ao invés, ou seja: quanto dinheiro tem Portugal, isto é, quanto dinheiro temos nós, portugueses, para gastar com o Estado? Uma vez determinado um montante, temos de organizar um Estado com esse orçamento. Tão simples quanto isso.

*Ah, mas o serviço público! Ah, mas os funcionários públicos! Ah, mas a administração pública!* – clamarão os que não perceberam. Pois eu explico outra vez: *Ah, mas a bancarrota!*

A questão, portanto, está desde logo nas funções do Estado. Temos orçamento para que funções? A segurança pública, a Justiça e a representação internacional são funções básicas. Depois de definidas estas e outras funções básicas, e dotadas com um mínimo de sobrevivência, vemos o que sobra. Desse montante residual, escolhemos as funções não-básicas que queremos privilegiar, à cabeça das quais deverão estar a educação, a saúde e a assistência social. Mas vamos supor que a verba disponível corresponde, por exemplo, a metade do montante actualmente gasto. Com semelhante corte, não é possível, como é evidente, organizar as coisas como até aqui têm vindo a ser organizadas, aliás com péssimos resultados e custos insuportáveis. Tudo teria pois de mudar. E é neste desenrascanço no limite do abismo que nós costumamos ser bons, muito melhores, de longe, do que os nossos parceiros europeus, a quem aliás poderemos dar excelentes lições para resolverem as suas próprias aflições. As possibilidades são várias, mas para mostrar que é possível mudar vou aqui apresentar algumas ideias, que além de resolverem os concretos problemas de fundo que abordam têm o mérito suplementar de moralizar a coisa pública e erradicar muitos dos actuais factores promotores da corrupção, que tudo tolhe, e paralisantes de uma sã dinâmica social e económica. Na referida situação, em que o orçamento para a educação baixaria por exemplo para metade, 90 ou 95% desse valor deveria ser dividido pelo número de portugueses em idade escolar (com possível ponderação de idade), criando-se assim para cada um deles uma bolsa de estudo anual. Este era o esforço que a sociedade contribuinte portuguesa, no seu conjunto, fazia para a educação dos seus jovens. Cada um deles ficava, portanto, titular dessa dívida, que devia aproveitar da melhor maneira, podendo escolher livremente a escola

que quisesse frequentar. As escolas públicas (básicas, secundárias e universitárias) seriam autonomizadas, em instituições de utilidade pública sem fins lucrativos, geridas e orientadas em parceria pelas autarquias/regiões e a sociedade civil local. Cada uma dessas escolas receberia o pagamento de cada aluno e contrataria livremente os respectivos professores. O ministério da Educação teria apenas como função distribuir as bolsas de estudo consoante as inscrições dos alunos e elaborar um muito claro quadro mínimo (não somos um país rico) funcional e pedagógico a que as escolas básicas e secundárias (públicas, privadas ou cooperativas) estavam obrigadas, intromissão que se justificava não porque o ministério saiba mais do que os outros mas porque de alguma forma representa os portugueses que estavam a pagar a bolsa de estudo. E, é claro, fiscalizar a sua aplicação. As universidades tinham autonomia pedagógica. Para além desse quadro mínimo, as escolas (básicas e secundárias) teriam autonomia pedagógica suficiente para fazer os ajustes que considerassem pertinentes à sua realidade social e regional concreta. Neste panorama, verificar-se-ia certamente alguma concorrência entre escolas, o que não deixa de ser saudável e se verifica nos melhores sistemas de ensino mundiais. Por outro lado, certamente se assistiria ao aparecimento de escolas melhores e de escolas piores, o que já hoje é uma realidade, se bem que mascarada, e afinal corresponde à realidade da vida, ou seja, ao facto de existirem bons e maus alunos e bons e maus professores. Este facto seria muito benéfico para o melhoramento do deplorável nível a que chegou a educação em Portugal. Podia não melhorar toda, mas pelo menos melhorava uma boa parte dela, que é afinal aquilo que é possível melhorar. Este fenómeno conduziria certamente a que o custo de inscrição variasse de escola para escola e, por conseguinte, era possível que a bolsa de estudo pública não chegasse para pagar todo o tipo de escola. Nestes casos, obviamente, para frequentar as mais caras cada família teria de contribuir com o restante. Como aliás já acontece, com a agravante de, quando os filhos frequentam as escolas ou universidades privadas, terem de o pagar na totalidade. Sendo que na universidade pública pagam propinas.

Vejam agora o que é possível fazer na saúde, se acontecesse a mesma coisa, ou seja, se o montante que os contribuintes portugueses tinham disponível para a saúde pública fosse metade do gasto actualmente. Como é evidente, os gastos públicos com a saúde tendem a ser incontroláveis, pois nunca se sabe antecipadamente os gastos dos hospitais e centros de saúde nem o das participações nos medicamentos. A solução, do ponto de vista dos contribuintes, no

duplo papel de pagantes e beneficiários, é encontrar um modelo que minimize e fixe os custos e maximize os benefícios, através de uma gestão eficiente e um corte radical nos desperdícios, roubos e abusos. E isso só é possível se, mais uma vez, 95% dessa verba atribuída à saúde pública for dividida por todos os portugueses, criando para cada um deles um seguro de saúde mínimo, que cubra a assistência médica, hospitalar e medicamentosa. Os hospitais e restantes serviços públicos de saúde seriam todos vendidos ou concessionados, o que traria receitas adicionais para o erário público. O ministério da Saúde passava a entidade reguladora e fiscalizadora, papel aliás fundamental que cumpre mal. Negociaria com várias empresas do sector a criação dos referidos seguros-tipo, deixando depois que cada cidadão escolhesse a empresa da sua preferência. E fiscalizaria muito bem o cumprimento do acordo feito. Cada cidadão era, depois, livre de negociar com a empresa, mediante pagamento suplementar, um seguro mais completo, caso quisesse e pudesse. Mas o mínimo de assistência à saúde estava garantido, o que já não era mau num país falido. Conforme Portugal fosse melhorando a sua economia, o valor orçamentado para esse seguro público iria aumentado, e portanto melhorando as suas contrapartidas.

Onde de facto o modelo não pode mudar muito, do ponto de vista conceptual, é na assistência social. Por natureza, a função da assistência social deve ser acudir às excepções extremas. Infelizmente, em Portugal criaram-se muitas situações extremas crónicas, e muita gente habituou-se a viver nesta facilidade. E uma vasta máquina burocrática e assistencial habituou-se também a viver à custa da existência desses mesmos carenciados, num círculo vicioso imparável. O que é necessário mudar nesta problemática é o enfoque, que tem de passar da carência para a disponibilidade. A carência é sempre relativa; por mais que se dê, resta sempre espaço para mais carência. Já a disponibilidade é objectiva. Temos portanto de partir de um determinado orçamento e com ele definir a assistência possível, que certamente não é a desejável. Até porque para a desejável (dependendo de quem deseja, é certo) não há orçamento que chegue. No entanto, há uma coisa que os portugueses não podem aceitar, sobretudo agora que estamos em bancarrota: pagar seja o que for a pessoas para não fazerem nada. Se há pessoas que, numa situação extrema, vão beneficiar do depauperado erário público, então passam a ser contratadas para fazer alguma coisa. Não digo que seja um emprego a tempo inteiro, na medida em que a verba envolvida pode ser inferior ao salário mínimo. Mas será então um trabalho em

horário parcial. E há muita coisa que essas pessoas podem fazer em benefício da sociedade que lhes paga. O discurso dos mais desfavorecidos é das maiores falácias que corrompem este país. Toda a gente fala neles, são a verdadeira estrela da companhia, todos querem ganhar eleições à sua custa. Mas, na verdade, o que são sobretudo é falhados, incompetentes e preguiçosos. Não é com eles mas com os outros que Portugal tem de sair da bancarrota.

Coisa distinta da assistência social é o conceito de previdência social, que deve ser entendido como a poupança que os trabalhadores (e as empresas por eles) fazem quer para a sua reforma quer para situações de necessidade do percurso laboral, como baixas, licenças e subsídio de desemprego. Este fundo devia ser completamente estanque, portanto com financiamento próprio, directamente reservado na massa fiscal. O governo não teria qualquer palavra a dizer sobre o assunto e, portanto, não constaria no orçamento. Uma entidade independente, supervisionada pelo Banco de Portugal e pela Assembleia da República, teria o total controlo desse fundo e faria a respectiva gestão. Quer os montantes dos descontos quer os valores e as condições dos montantes a receber (nomeadamente idade e condições da reforma) obedeceriam apenas a critérios de racionalidade económica e de sustentabilidade, propostos por essa entidade, avalizados pelo Banco de Portugal e aprovados pela Assembleia da República. O fundo era dos trabalhadores (presentes e futuros), não era do Estado, e muito menos do governo. Assim, todas as pensões e subsídios recebidos por pessoas que não contribuíram para este fundo não saíam dele, mas sim do orçamento da assistência social.

Finalmente, boa parte da redução do Estado (e portanto da sua despesa) pode ser feita através do fim do duplo e triplo controlo administrativo, um verdadeiro calvário para quem quer fazer seja o que for em Portugal e um convite à corrupção. Só para dar um exemplo: o registo de propriedade e o registo das finanças seria transformado num único registo universal de propriedade, válido para todos os efeitos. Da mesma forma, a legislação administrativa tinha de ser mudada de forma a congregar num código integrado todos os códigos aplicáveis a uma situação-tipo. Ou seja, a lógica organizativa não seria a da administração mas sim a lógica do cidadão, a quem essa administração deve servir. Ao cidadão tanto lhe dá que a administração esteja dividida em vários departamentos e sectores. Não é problema dele. O que ele quer é que, quando vai tratar de um assunto, tudo esteja integrado em torno desse assunto, por mais específico que seja, e não ande de Pôncio para Pilatos. Está-se a marimbar para a organização



interna da administração pública (central e local) e esta não tem o direito de a impor ao cidadão que lhe paga os ordenados. No passado, em muitas circunstâncias não havia realmente outra hipótese. Hoje, com as novas tecnologias, é muito simples resolver esta questão, poupando milhões ao erário público e ao país e acabando com uma das principais causas da corrupção. Portanto, com esta alteração, a administração pública (central e local) ficava obrigada a dar, num prazo máximo de 15 dias (para os casos mais complexos), a informação cabal da legislação exigida à situação requerida, sob pena de multa por cada dia de atraso, paga pelo serviço em falta. Com isto, tornava-se viável que toda a actividade da sociedade civil deixasse de ter necessidade de autorização prévia da administração pública, passando cada pessoa ou entidade a ser responsável por aquilo que faz. No caso de posteriormente se verificar que agiu contra o que determinava a legislação, sofreria pesadas penas, quer pecuniárias quer mesmo de prisão, pagando a reposição da situação. No caso das empresas ou entidades, os seus gestores ou directores seriam pessoalmente responsabilizados.

Como é óbvio, todo o edifício legislativo teria de ser alterado. Tal como o Estado, as leis teriam de ser poucas e muito claras, de forma que não fosse possível ter delas duas interpretações e todos soubessem à partida com o que podiam contar. Como é evidente, isto tornaria o Direito muito lacunoso, o que não tem mal nenhum, se não houver do Estado a monomania de tudo controlar. O problema actual é que a lei é negativa, ou seja, segue o caminho da proibição. Bastava que a lei fosse apenas positiva e nunca negativa. Dava trabalho ao legislador, mas resolvia quase todos os problemas. Porque uma lei positiva, além de ter ser inteligente, exige uma redacção centrada apenas no substantivo a atingir, pois não pode coarctar o infinito de possibilidades, algumas ainda inexistentes. Só para dar um exemplo limite: o assassinio não necessita de ser legislado; basta que o direito à vida o seja, prevendo que quem privar alguém desse direito é condenado nas penas actualmente previstas para o crime de morte, com as excepções igualmente previstas. De forma mais comezinha, não é preciso proibir uma velocidade superior a 120 km/h nas auto-estradas, pois basta determinar que se pode circular nelas até essa velocidade. Nem é necessário dizer que não se pode construir isto ou aquilo aqui ou acolá, bastando dizer o que se pode fazer onde e como, obedecendo a que regulamentos.

A diminuição, clarificação e “positivação” de edifício legislativo seria o primeiro passo, indispensável, para desatar o nó-cego em que se

enredou a injustamente chamada Justiça portuguesa. O segundo passo seria uma alteração legislativa que obrigue e execute coercivamente, sem dó nem piedade, as sentenças de 1ª instância, imediatamente no caso de prisão e num prazo máximo de 5 dias para os casos mais complicados, como por exemplo despejos ou pagamentos. Se os recursos chegarem a conclusões diferentes da primeira sentença, a respectiva sentença, entendida como uma nova sentença, seria também aplicada imediatamente. O terceiro passo seria a alteração radical dos moldes em que se processam os julgamentos, que passariam a ser contínuos, ou seja, os juízes não poderiam iniciar o julgamento de outro caso antes de concluírem o caso anterior. Um julgamento começava quando tudo estivesse pronto, e seguia de forma ininterrupta, não sendo permitidos adiamentos superiores a algumas horas. Uma decisão sobre os recursos tinha de ser dada no prazo máximo de três meses. Estas três medidas em conjunto, começando necessariamente pela primeira, a mais difícil, com outras subsidiárias (importantes mas muito especiosas para serem aqui elencadas), poriam finalmente a nossa Justiça a funcionar. Muitos, sobretudo os instalados, dirão certamente que é impossível fazer o que acabo de propor, mas sem avançar qualquer solução alternativa verdadeiramente eficaz. A esses digo apenas que verdadeiramente impossível é que as coisas continuem como estão.

Mas Portugal ainda não bateu no fundo. Muitos da geração à *rasca* ainda foram para a *manif* de BMW. Provavelmente o carro não estava pago, mas isso é um pormenor. Muitos continuam a gastar como se não houvesse amanhã nem o cartão de crédito tivesse algum dia de ser pago. A extrema esquerda papagueia em todo o lado coisas óbvias, que qualquer partido da extrema direita poderia bem subscrever, sem dizer que não tem alternativa absolutamente nenhuma. Mas o nível intelectual e cultural do povo português é tão baixo que não percebe que em política um diagnóstico evidente não implica uma solução certa. Para que essa gente possa perceber, o que a extrema esquerda propõe, em termo simples, é o seguinte: confiscar a pouca riqueza que resta e dividi-la por todos, continuando nós a viver acima das nossas posses. Quando finalmente (uns meses?) o forrobodó acabasse, estavam criadas as condições para a luta armada, que afinal é o seu objectivo final, como aliás o PC já confessou nos seus tempos áureos, bem assim como a UDP e os outros partidos que deram origem ao Bloco. O PS é o pai e a mãe desta bancarrota, se bem que sociais-democratas como o hirto Cavaco, quer como primeiro-ministro de antanho quer

como presidente, sejam igualmente co-responsáveis. Mas o PS está eleitoralmente muito dependente de um estrato da sociedade portuguesa que nos últimos 20 anos atingiu níveis de vida e consumo escandalosamente altos, sobretudo se comparados com o seu ponto de partida. Estes “novos ricos”, alguns pelo trabalho mas a maior parte apenas por bons empregos, quando não por habilidades e negociatas, aos quais se acrescentam muitos dos que acreditaram no mar das rosas socialistas que lhes anunciavam e se endividaram até ao pescoço, todos estes, enfim, ou ainda não sentiram na pele os problemas ou não querem que as coisas mudem, enterrando a cabeça na areia até ao endividado pescoço. Por isso, mesmo que o PSD ganhe as próximas eleições com maioria absoluta, como se espera, o bloqueio institucional vai continuar, pois a Constituição que temos é um verdadeiro programa de governo socialista e é virtualmente impossível a sua revisão para uma Constituição neutra, desse ponto de vista.

Na verdade, vivemos numa democracia batoteira, na medida em que apenas alguns partidos podem constitucionalmente executar os seus programas políticos. Sem obter dois terços do Parlamento, nem um partido como o PSD, meio-socialista, estaria em condições de aplicar cabalmente o seu programa político. O que é um verdadeiro absurdo!

Finalmente, chegamos ao nosso segundo problema, o internacional. Portugal integra a Comunidade Europeia e o euro. Por isso o problema internacional português tem dois níveis: um, menor, de relacionamento com a Europa; e outro, central, que é o problema europeu.

No relacionamento com a Europa, de momento não há muito que possamos fazer do ponto de vista conceptual. A hora é da diplomacia, e só nos resta esperar que possa surgir um génio diplomático como outros que na História já serviram Portugal. Como ideia geral, temos de incluir no pacote de auxílio a exclusão de todas as restrições à produção que nos foram impostas no passado. Como o objectivo é retomar o crescimento económico, e como a dimensão de Portugal não assusta ninguém, temos de garantir condições especiais, da agricultura e pescas à indústria, quer para retomar a produção abandonada quer permissão para criar, durante um período provisório, barreiras às importações, sem prejuízo das exportações.

Como é evidente, este objectivo não é fácil, não tanto pela situação substantiva, mas sobretudo pelo precedente que abriria numa Europa onde vários outros países estão em pré-falência. Mas é do interesse de toda a Europa que a nossa economia se restabeleça, tanto mais que é a única que se anuncia em recessão para os próximos anos. Isto é

seguramente falso e as expectativas de muitos vão acabar por ser revistas em baixa. Mas para já o cenário interessa-nos. Trata-se portanto de uma negociação a levar com génio diplomático, nomeadamente propondo que esta excepção seja definida em valor, ou seja, que essa moratória ou período de carência ou de incubadora para a nossa economia tenha um valor anual máximo global. Esse valor seria suficiente para nós, mas insignificante para a Europa, e por isso não constituiria assim um precedente grave, uma vez que estava limitado em valor.

E tudo isto afinal nos remete directamente para o problema europeu. Muito do que aconteceu a Portugal, aconteceu ou está a acontecer a outros países europeus. Na verdade, o socialismo não é exclusividade nossa. Outros países, como a Grécia, seguiram o mesmo triste caminho, e deram, como nós, como os burros na água. No geral, socialista ou social-democrata, a Europa seguiu desde há muitos anos um modelo social de consumo e benefícios generalizados, tendo hoje a sua população um nível de vida bem acima da riqueza que produz. A prazo, mais nuns países e menos noutros, a situação é insustentável. O projecto da Comunidade Europeia pressupunha o inverso desta situação. A utopia fundou-se na convicção de que era possível controlar a inovação tecnológica, despejando para o terceiro-mundo apenas a manufactura sem grande valor acrescentado, e no pressuposto de que o capitalismo se podia resumir à mais-valia financeira. Mas rapidamente se demonstrou que a inovação tecnológica não tem fronteiras, que a ganância empresarial também não, e que a finança, em si, não só não produz nada como atrai mais aldrabões do que a bosta de boi atrai moscas.

O resultado foi inexorável: a produção europeia todos os anos diminui, lançando para o desemprego milhões de pessoas, e a bolha financeira rebentou com estrondo, deixando atrás de si um rasto de malandros, que só não foi maior porque os governos acorreram a encobrir (e pagar) a situação, receosos de que se instalasse na carneirada depositante um pânico generalizado.

Quando se esperava que aprendessem a lição e mudassem o rumo às coisas, nada foi feito para além daquele suficiente para que tudo ficasse na mesma. Não só porque a Europa actual é um deserto de verdadeiros líderes, mas também porque os que por lá andam estão todos comprometidos com a situação, o que resulta em boa parte do facto de os governos ou terem bancos (ou terem neles participação) ou serem (ou sentirem-se) co-responsáveis pela sua solvabilidade. Sendo parte do problema, não têm a liberdade e o distanciamento suficientes

para serem parte da solução. Além de, no geral, não terem a inteligência bastante.

Na verdade, chegou o tempo de um modelo financeiro completamente novo. Não sou especialista na matéria, mas também estou certo que não serão os especialistas que irão forjar esse novo modelo. Parece-me, no entanto, que toda a ideia subjacente à bolsa de valores deixou de servir os interesses europeus, em particular, e a economia, em geral. Há que analisar friamente e sem tabus todo este mundo financeiro, ver quem efectivamente lucra com ele, e ter a coragem de colocar a finança no seu devido lugar, criando um novo modelo, em que esta esteja de facto ao serviço da produção e não o inverso. O capitalismo tem de retomar as suas origens produtivas e expurgar os vícios da exploração e especulação de raiz financeira, absolutamente estéreis.

Neste processo, a Europa tem de se reorientar, recentrar no seu próprio mercado, que já tem dimensão ou massa crítica suficientes. Não vale a pena, do ponto de vista europeu, sonhar com futuros radiosos no seio da globalização. Basta fazer as contas, como dizia o outro tonto. Ou perceber o simples efeito de vasos comunicantes. Nesse mundo globalizado, os europeus baixarão necessariamente o seu nível de vida, e muito. E isto, para já não falar dos efeitos catastróficos para o planeta do aumento da população mundial nas regiões emergentes e do esgotamento de matérias-primas e recursos naturais que o insustentado aumento do nível de vida nessas regiões provoca; e do colapso que isso vai provocar no futuro.

Os interesses imediatos dos empresários europeus não coincidem nem com os verdadeiros interesses da generalidade da população europeia nem com os interesses da Europa a médio e longo prazo. Pode ser imediatamente interessante para uma empresa europeia deslocalizar a sua produção para a China, por exemplo, e assim conseguir baixar os seus custos de produção. Como pode ser interessante para um europeu comprar um produto mais barato, porque foi feito na China ou alhures. Mas isso, multiplicado ao infinito, vai a prazo conduzir a que esse europeu que começou por ficar todo contente por comprar mais barato um produto feito fora da Europa acabe por perder o seu emprego e não tenha dinheiro para comprar coisa nenhuma. E a empresa, em última análise, veja substancialmente reduzido o seu volume de vendas na Europa. Sendo que, sobre tudo isto, a situação é passageira. Com crescimentos médios superiores a 10%, países enormes como a China em breve substituirão toda a produção europeia, e então aumentarão os preços, não tendo a Europa qualquer capacidade de

resposta. Nesse futuro de miséria, o que abundará na Europa é o desemprego, e será então o tempo de essas economias emergentes deslocalizarem para a Europa esfomeada as suas manufacturas de pouco valor acrescentado. Se nada for feito, seremos então um reservatório de mão-de-obra barata, no que restar de uma Europa destruída pelas revoltas populares.

Cabe portanto aos políticos europeus interpretar o interesse geral, num projecto comum, e desistir da miragem da globalização. Enquanto é tempo. Este cenário, aliás, acontecerá, mais tarde ou mais cedo. Mas é preferível que seja mais cedo, antes que a revolta popular se torne incontrolável. Mesmo que os países emergentes, muito estrategicamente, aumentem as suas importações da Alemanha, contribuindo assim cirurgicamente para a melhoria da situação económica deste motor da economia europeia, sugerindo desta forma que outro futuro é possível. Porque neste momento a Europa ainda pode reverter a situação. E eles compreendem isso mesmo.

De resto, só num quadro não-global e com um novo modelo financeiro a Europa pode verdadeiramente resolver, ou pelo menos minimizar muito, o seu gravíssimo problema energético de curto e médio prazo, até resolver a questão da fusão a frio. Ao alterar por completo as leis do mercado, estabelecendo para si própria um novo paradigma que não tem que competir com o resto do mundo, pode perfeitamente substituir a curtíssimo prazo boa parte do petróleo que gasta por energias alternativas.

Tudo isto era mais do que previsível no final do século passado. Mas nas sociedades modernas não vale a pena saber que as coisas vão acontecer, porque a mistura da estupidez, da ignorância e do *wishful thinking* é absolutamente fatal. Os povos têm de ser conduzidos à desgraça para perceberem as coisas, e mesmo assim muitos continuam a não perceber. É por isso que os calvários português e europeu ainda estão para durar. Porque esta condução, na verdade, não é pedagógica. Os políticos que lideram essa condução são escolhidos pela maioria e, portanto, com maior ou menor convicção, são tão patetas como os seus eleitores.

É a democracia e ainda não se inventou regime melhor. É certo. O problema está quando a democracia ou as decisões deixadas à democracia são de tal monta que podem acabar com um país, conduzi-lo à bancarrota! Porque uma coisa é a democracia para eleger aqueles que vão ter um papel regulador numa sociedade livre. O seu papel aí está bem estabelecido e não influenciam mais do que 10 ou 20% da vida das pessoas e portanto do seu livre destino. Em suma:

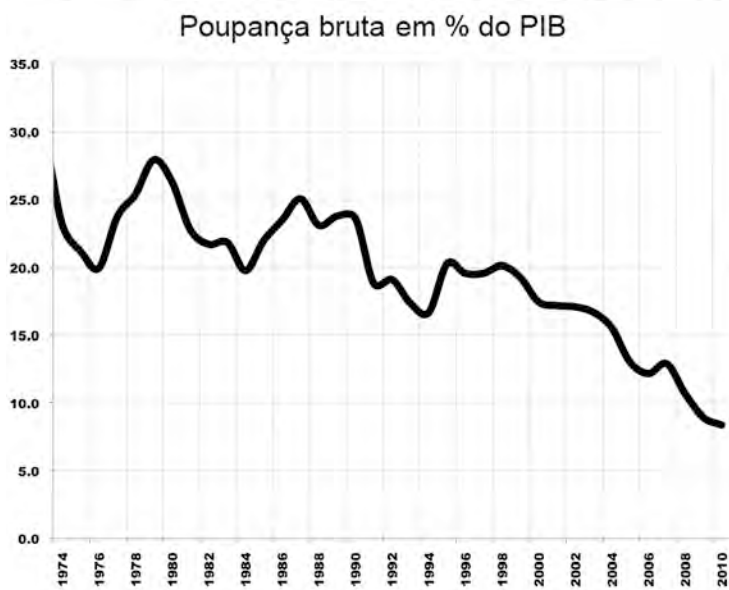
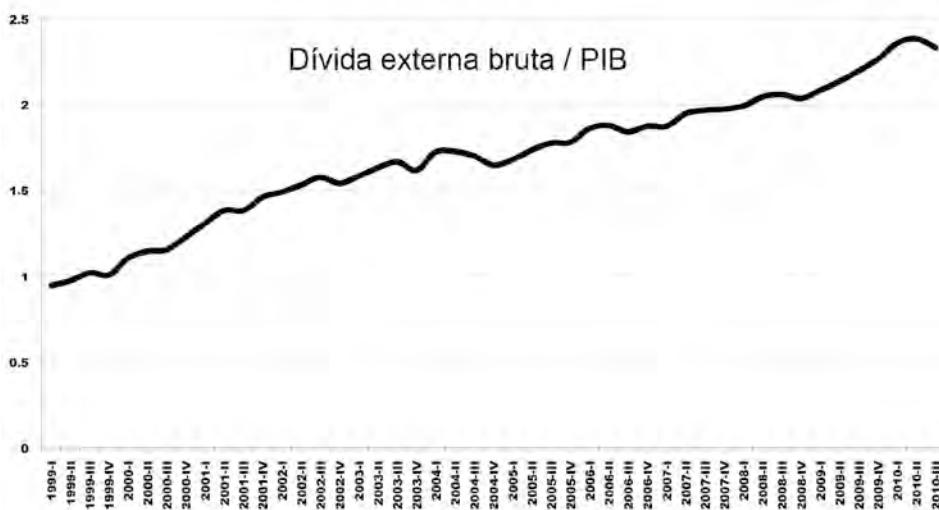
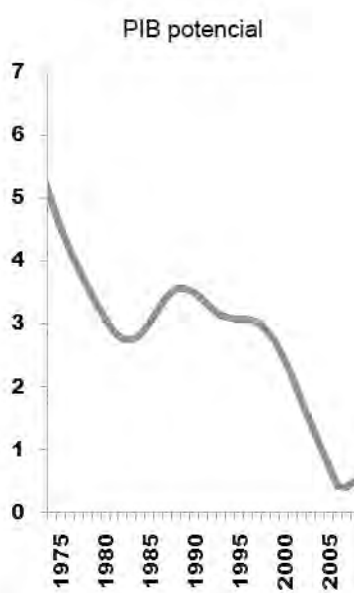
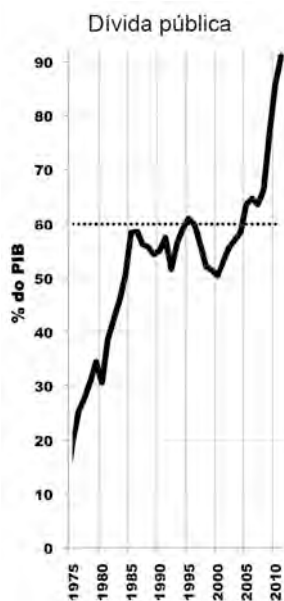
podem-nos fazer pouco mal. Outra coisa é deixar que 30 ou 40% da população, quantas vezes alienada, escolha um governo que vai controlar 60 ou 70% da nossa vida e que nos pode conduzir à bancarrota.

Praticamente todos os modelos do séc. XX foram ou ultrapassados ou subvertidos. O séc. XXI ainda não produziu uma única ideia original, não conseguindo sequer libertar-se dessa velha dicotomia entre direita e esquerda, coisa de antanho completamente ultrapassada. Numa sociedade tão mediatizada, pode perguntar-se porquê. Está a inteligência humana em regressão? Quem vê televisão (eu evito) diria que sim. Mas a pergunta é retórica, porque se efectivamente está, então também não tem capacidade para o avaliar. A outra hipótese é mais complexa e tem a ver com a média intelectual do destinatário. E essa é inegável que baixou, e muito. Há 100 anos, a opinião pública era formada por uma pequena elite intelectual, capaz de receber e avaliar as propostas dos seus concidadãos, estimulando-se mutuamente. Hoje, o nível médio dos destinatários é muitíssimo mais baixo, perdendo-se essa massa crítica. Ao invés, o que faz carreira mediática e rende votos é tão insustentável enquanto ideia que se estilhaça na primeira curva da realidade. Acresce que os destinatários não percebem a necessidade dessas ideias avulsas serem coerentes entre si. Como não entendem as razões da incoerência, dão ao todo o valor de uma espécie de movimento abstracto ou surrealista, apreciando o resultado como quem aprecia *Guernica*. E deste caldo cultural não é possível sair nenhuma ideia escorreita, nenhum novo modelo original coerente, nenhum futuro. Eu poderia ter dito o que deixei aqui escrito de forma muito académica e comedida, e provavelmente os ocasionais leitores teriam passado pelo texto como cão por vinha vindimada. Mas fui o mais simples e terra-a-terra que pude, e tentei neste modelo meter tudo o que nele cabia. O objectivo foi traçar uma linha que seja clara e dar àqueles que total ou parcialmente concordam comigo não uma solução acabada mas ideias para fazer passar o camelo pelo buraco da agulha. Os que não concordam com o essencial, não interessam. Não há nada pior para uma boa ideia ou um bom projecto do que consensos contranatura.

9 de Abril de 2011

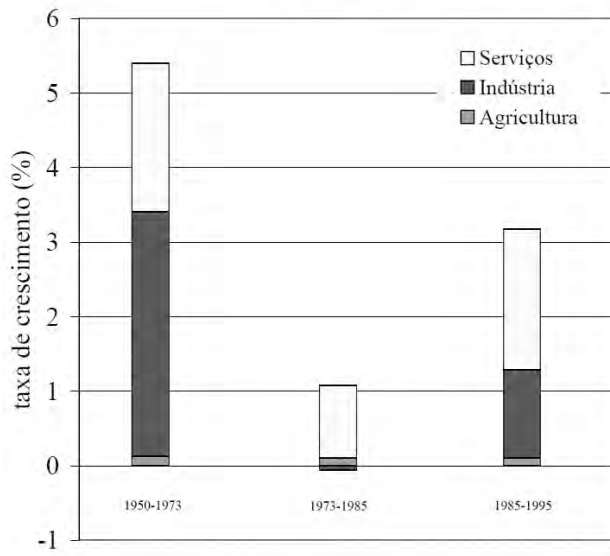
# Anexo

## A realidade em números

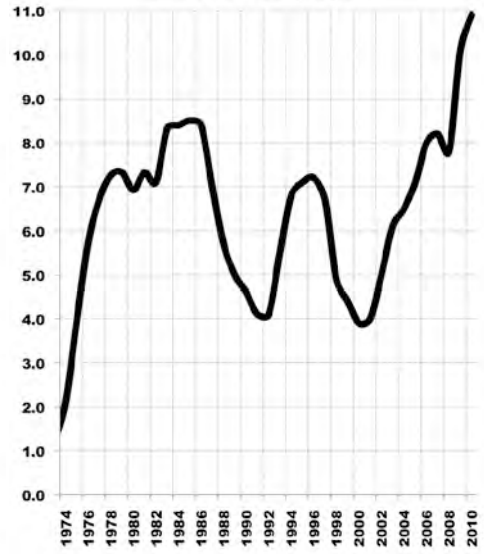




Produção



Taxa de desemprego



Evolução do nível de vida em Portugal

